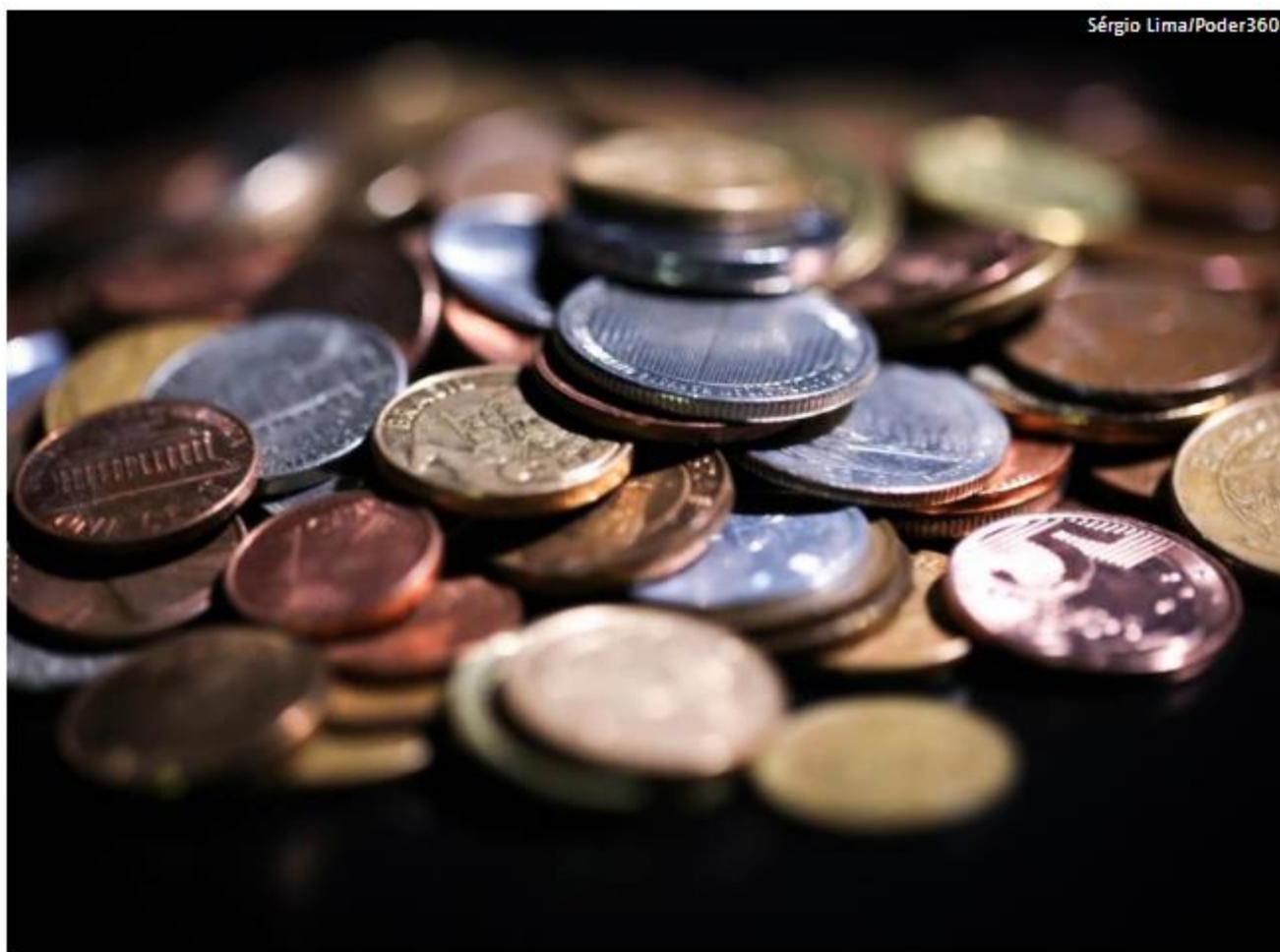


Brasil deve recuperar nível pré-crise em 2022, mostra levantamento

PIB avança sem vigor

Cenário externo preocupa

Estudo é da Austin Rating



Sérgio Lima/Poder360

Projeção para o PIB (Produto Interno Bruto) do país para 2019 saiu de 0,88% para 0,91%

NESTOR RABELLO

25.nov.2019 (segunda-feira) - 6h00

A economia brasileira continua crescendo devagar e ainda vai demorar para se recuperar completamente da recessão mais longa da sua história. Levantamento da **Austin Rating** encomendado pelo **Poder360** mostra que, caso se confirmem o cenário de previsões do Boletim Focus (avanço de 2,17% em 2020 e 2,50% em 2021 do PIB), a recuperação seria atingida em maio de 2022.

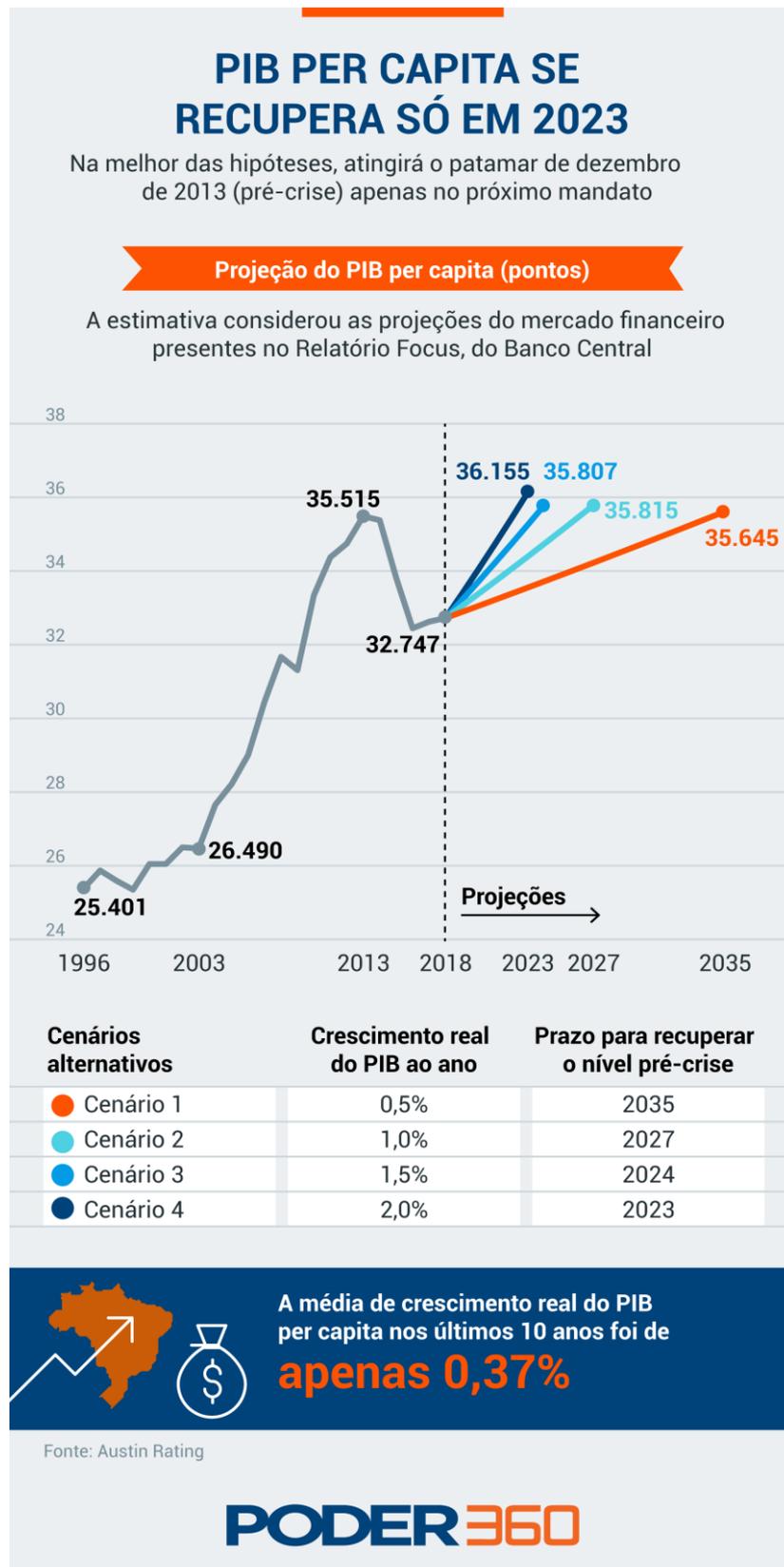
Os dados levantados pela agência de classificação de risco levam em conta o IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central), diferentes cenários de crescimento real, e as projeções de mercado para o PIB (Produto Interno Bruto) contidas no Boletim Focus, publicado também pela autoridade monetária.

Nos cenários medianos, de crescimento 2% e 2,5% ao ano, o PIB voltaria ao mesmo nível de dezembro 2013 (148,75 pontos em outubro e março de 2022, respectivamente). Já o melhor cenário possível, de crescimento de 3% ao ano, levaria o PIB a superar de vez a recessão em novembro de 2021.



O PIB per capita também acompanharia esse ritmo, se recuperando da crise, também, apenas a partir de 2022.

Na última década, o indicador variou positivamente apenas 0,37%. Ou seja, embora a economia tenha avançado, o país não avançou muito em termos de desenvolvimento econômico.



MANTIDAS AS CONDIÇÕES

Para o **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**, além da própria recessão e de eventos como a greve dos caminhoneiros em 2018, o lento processo de retomada da economia também foi resultado da perda de capacidade de investimento do governo e da falta de confiança dos investidores na economia.

“Adicionalmente, acabamos tendo o efeito da perda de capacidade de investimento dos entes públicos. Quando você tem a perda de confiança, seja por crise internacional ou algum evento, o agente público acaba sendo o indutor da retomada do crescimento, mas isso não aconteceu”, afirma.

Ele acrescenta que os cálculos podem ser afetados por efeitos externos, seja de ambiente político turbulento ou até mesmo a evolução da crise de países vizinhos – tal como o Chile e a Argentina.

“Números não têm vida. Riscos de custos de produção elevados por conta do dólar, embate ainda muito forte entre Executivo e Legislativo, o Judiciário correndo por fora... tudo isso gera, para o investidor, uma insegurança jurídica muito grande. Isso transfere ao investidor insegurança, porque as regras do jogo podem mudar a qualquer momento”, avalia.

Opinião similar tem a economista-chefe da Reag Investimentos, Simone Pasianotto. Ela diz acreditar que questões políticas ainda têm muito poder sobre a economia no Brasil e que o país sofre para preencher o vácuo da queda dos investimentos públicos com a iniciativa privada.

“As questões políticas e sociais são os principais vetores que justificam o desempenho econômico e o receio na desconfiança do capital privado. É o que explica a falta de reação do segmento. Não só em relação à política como 1 todo, mas também sobre a expectativa do contexto econômico e político do Brasil dentro desse caos na América Latina”, aponta.

Segundo ela, o cenário global terá ainda mais destaque no movimento de retomada da economia. “Temos histórico muito grande de dependência de investimentos públicos, e isso tem que mudar para melhorar a confiança. Vamos demorar para ver taxas de 5% e 6%. Nem o cenário global permite que a gente tenha uma alavancada tão forte e acelerada”, diz.